



Anais da Assembléia

Nº 100

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 30 DE JUNHO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO
1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG
2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA
1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO
2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA
3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE
4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado **ORLANDO PESSUTI**
PRN Deputado **NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS**
PFL Deputado **ANTONIO COSTENARO NETO**
PDT Deputado **RAFAEL GRECA DE MACEDO**
PTB Deputado **ERONDY SILVÉRIO**
PSDB Deputado **ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI**
PT Deputado **ERNANI PUDELL**
PL Deputado **JOSÉ COLOMBINO GRASSANO**
PST Deputado **GERALDO CARTÁRIO**

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - José Durval Mattos do Amaral - Cleiton Kleise Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antonio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Osmário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - • José Tadeu Lúcio Machado - **Suplentes:** José Bolko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Forisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Melo; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Calto Quintana - Secretário de Estado; Djalma de Almeida Cesar - Secretário de Estado; José Afonso Júnior - Secretário de Estado - (*) **SUPLENTE** no exercício do mandato de Deputado. (04/92)

Atos da Presidência:

RESOLUÇÃO N° 014/92

DATA: 09 de junho de 1992.

SOMULA: Denomina de Duílio Dias a sala que abriga o setor de almoxarifado desta Casa.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1° - Fica, a sala que abriga o setor de almoxarifado, denominado de Duílio Dias.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 09.06.92.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

LEI N° 9.996

DATA: 16 de junho de 1992.

SOMULA: Institui o Dia Estadual da Conscientização Política, conforme especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7° do artigo 71, da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica instituído o Dia Estadual da Conscientização Política em todo o território do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - A comemoração da data tratada no caput deste artigo, será sempre na última quarta-feira do mês de setembro.

Art. 2° - As escolas públicas da rede oficial de ensino, deverão realizar debates, palestras e conferências, destinadas a incentivar os jovens à prática da política, coordenados pelas direções das escolas e grêmios estudantis.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16.06.92.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

LEI N° 9.997

DATA: 16 de junho de 1992.

SOMULA: Que dispõe sobre o atendimento prioritário, preferencial e especial das pessoas que especifica, em agências e postos bancários, estabelecimentos financeiros e

similares, dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7°, do artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1° - Todas as agências e postos bancários, estabelecimentos de crédito financeiro e instituições similares, devidamente estabelecidos no Estado do Paraná, ficam obrigados a dar atendimento prioritário e especial às seguintes pessoas, que, por sua vez, ficam desobrigadas, a qualquer tempo, a aguardar a vez em filas, mesmo aquelas externas de aguardo ao horário de abertura e início de expediente, quando também terão preferência, sempre, e em todas as circunstâncias.

I - Idosos a partir de 65 anos de idade.

II - Portadores de deficiência física que impliquem em dificuldade de locomoção ou permanência em pé.

III - Mulheres grávidas.

IV - Mães com crianças de colo ou lactentes.

V - Doentes graves.

Art. 2° - O direito assegurado pela presente Lei, aplica-se indistintamente a clientes ou não de serviços das instituições mencionadas.

Art. 3° - Às administrações ou gerências dos estabelecimentos em pauta fica instituída a competência de fazer respeitar os incisos I a V do artigo 1° desta Lei.

Art. 4° - Compete também às entidades previstas a competência de afixar, interna e externamente, em locais visíveis ao público em geral, a critério de cada uma, a custo próprio, placas e cartazes, informativos contendo citações de lei e respectivo número, especificando a prioridade de atendimento às pessoas beneficiadas e enquadradas.

Art. 5° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16.06.92.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 68ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 1992

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Rossoni.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Djalma de Almeida Cesar, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Preis, José Alves, Lygia Pupatto, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Milton Barbosa, Orlando Pessuti, Osvaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (47). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Carlos Simões, Colombino Grassano, Dirceu Manfrinato, João Iensen, José Arthur Ritti, José Tavares e Rafael Greca de Macedo (07).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Pronunciamento:

DISCURSO EM HOMENAGEM AO CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DO SENHOR DE PLÁCIDO E SILVA PROFERIDO PELO DEPUTADO ERONDY SILVERIO

Curitiba, 30 de junho de 1992.
Senhor Presidente.
Senhores Deputados.

Nesta última sessão legislativa do semestre, cumpro o grato dever de ocupar a tribuna desta Casa Representativa para prestar a homenagem dos paranaenses a uma figura luminar de nossa vida pública, Oscar Joseph De Plácido e Silva.

De Plácido e Silva nasceu há cem anos - exatamente a 18 de junho de 1892 - na cidade de Deodoro, Estado de Alagoas, donde cedo migrou para o Paraná, seguindo ao

lado dos históricos "Bacharéis do Norte" para as plagas do Sul, em busca de melhores oportunidades de vida.

Deixando sua terra natal aos 20 anos, De Plácido e Silva já tinha formação educacional esmerada em seminários e colégios que permitiram ao moço alagoano o exercício do magistério; a colaboração na imprensa e a publicação dos primeiros textos ao lado de escritores como Jackson de Figueiredo.

Aqui chegando em 1912, cedo De Plácido e Silva se incorporou ao movimento, iniciado por Nilo Cairo, Victor do Amaral e outros, pela fundação da Universidade do Paraná. Criada esta, foi o primeiro aluno matriculado no Curso de Direito e, mercê de sua capacidade, logo foi convidado para secretariar a nova e pioneira instituição universitária.

Foi nessa função que De Plácido e Silva demonstrou, pela primeira vez, o arrôjo que haveria de lhe marcar a profícua existência. Quando os professores e alunos já desesperavam de ver a universidade vingar, instalada que estava em precárias condições à rua Comendador Araújo, De Plácido e Silva comandou um grupo de funcionários e estudantes num domingo e, de foice em punho, se pôs a roçar o matagal então existente na hoje Praça Santos Andrade, assegurando a ocupação do imóvel cedido pelo Governo do Estado e lançando os fundamentos da notável colunata grega que ainda hoje simboliza essa instituição.

O mesmo descortínio levaria o inquieto publicista, já formado e já professor catedrático da Universidade, a criar a Escola de Comércio anexa à instituição de ensino superior; como também a semear outras tradicionais escolas como a hoje Fundação de Estudos Sociais do Paraná, a Faculdade De Plácido e Silva e a Faculdade de Direito de Curitiba.

Em 1919, eis De Plácido e Silva, ao lado de Benjamin Lins e outros precursores a fundar o jornal "Gazeta do Povo", da qual se tornou Diretor em 1927 e ali permaneceu até 1962, retirando-se já próximo ao fim da existência, que ocorreria a 16 de janeiro de 1963.

Além da cátedra, do jornal, da banca de advogado, De Plácido e Silva foi ainda editor respeitado, tendo fundado a Editora Guaíra, que então ombreava com as casas livreas de realce no Brasil.

Por essa empresa lançou obras de destaque mundial, além de dar à divulgação obras consagradas no campo jurídico, como os "Comentários ao Código de Processo Civil", "Tratado do Mandato", "Noções Práticas do Direito Comercial" e o consagrado "Dicionário Jurídico", além de obras literárias.

Suas obras técnicas de Direito ainda

hoje são editadas e comercializadas por casas do renome de uma Editora Forense.

Ainda, pelas páginas de sua "Revista Guaíra", ele pregava o amor e respeito às coisas da terra generosa do Paraná que a acolhera e onde firmou raízes, aqui constituindo família.

Fez jus, por isso, ao termo "paranista", neologismo criado por Romário Martins para distinguir os brasileiros que, vindos de outras fronteiras regionais, aqui se destacavam pelo trabalho ou pelas realizações.

Proclamava Cícero que "se Roma existe, é pela história de seus homens". Igual elogio podemos fazer a um Paraná que um dia contou entre seus maiores, com a figura sobranceira de De Plácido e Silva.

Como assinalou o Doutor Nelson Lins Junior, em ensaio relativo ao nosso homenagemado, "o elogio maior que podemos tecer aos mestres mortos é que quando caminhamos pela vida, o passado vai à nossa frente; sombra, mas ao mesmo tempo, luz que nos guia".

É esta uma oração dirigida aos vivos, pedindo-lhes que contemplem na trajetória de Oscar Joseph De Plácido e Silva a história plasmada pelos ancestrais, indicando de que o presente pode ser transformado em um futuro melhor, se a ele soubermos adicionar a sabedoria que nos chega do passado.

De Plácido e Silva em tudo foi um mestre, desde a cátedra que ilustrou por 43 anos, como na divulgação de seus ideais para uma geração de jovens que ele cuidava fazer também idealistas.

Que o Paraná aprenda a respeitar, na saga dos seus grandes, a capacidade de realizar que nos distingue dentro da União brasileira!

Requeiro, ouvido o Plenário, a inserção em Ata de um voto de saude ao Dr. Oscar Plácido e Silva.

Sala das Sessões, em 30.06.92.

(a) ERONDY SILVERIO

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1122

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a inversão da discussão e votação da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 30.06.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1118

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a reinclu-

Curitiba, terça, em 30.06.92

são na ordem do dia da próxima sessão extraordinária, do Projeto de Lei n° 161/92.

Sala das Sessões, em 30.06.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1123

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a constituição de comissão geral para apreciação de emendas apresentadas aos projetos de lei a serem discutidos e votados nas sessões extraordinárias convocadas para a data de hoje.

Sala das Sessões, em 30.06.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamto: Oswaldo Trevisan, Duílio Genari, Elío Rusch, Rossoni, João Arruda, Nilton Barbosa, Eurides Moura, Nelson Garcia, Luiz Carlos Alborghetti, Neivo Beraldin, Basílio Zanusso, Severino Félix, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Edson Silva Lino, João Preis e José Tavares.

REQUERIMENTO N° 1116

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições que lhe confere o Regimento Interno deste Poder, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição em Ata da presente sessão, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento de MARIA SEVERINA WATER, ocorrido no dia 24/06/92, na cidade de Andirá.

Sala das Sessões, em 30.06.92.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

MARIA SEVERINA WATER, foi uma dessas pessoas que dedicaram sua vida no amparo a pobreza, a infância desamparada, aos deserdados da sorte.

De origem humilde, lutando com grandes dificuldades para o sustento da sua própria família, encontrou meios, recursos e tempo para auxiliar os carentes, os desprovidos e os abandonados. Integrando-se a ASA - Assistência Social de Andirá, materializou na sua atividade todo o espírito assistencial da entidade.

Sua morte, súbita, deixa um gosto de amargura em seus protegidos e enluta toda uma comunidade.

Assim, REQUER, que da decisão deste Plenário seja dada ciência a família enlutada.

REQUERIMENTO N° 1103

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o en-

vio de expediente de Congratulações pela outorga de Título de Cidadão Honorário de Umuarama, ao Excelentíssimo Senhor Doutor Abel Antonio Rebello, Meritíssimo Juiz de Direito, entregue no último dia 25 de junho.

Do aprovado, requer comunicação ao Exmo. Sr. Doutor Olivio Gamboa Patuccik, mui digno Meritíssimo Juiz de Direito de Umuarama, ao Exmo. Sr. Alexandre Ceranto, Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal, Inácio Pereira Pinto.

Sala das Sessões, em 30.06.92.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A concessão do título honorífico traz na ação a justificativa de enaltecer as qualidades do homenageado e orgulha o homenageador. No caso do eminente jurista Dr. Abel Rebello, a cidade bem como a região em muito se beneficiou pelos seus ensinamentos e modelo de homem público que sempre transmitiu seriedade, tranquilidade e espírito de justiça, com grande dose de sensibilidade pelos mais humildes.

E com orgulho que Umuarama outorga-lhe o Título de Cidadão Honorário com muita justiça.

REQUERIMENTO N° 1105

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata de voto congratulações pela posse da nova diretoria 1992/1993 do Lions Clube de Curitiba - Batel, no dia 24 de junho próximo passado.

Requer outrossim que da decisão da Casa se dê ciência ao referido clube, na pessoa do senhor Toshihiro Ida, a Rua XV de Novembro, 556, 15° andar, cj. 1501/1503, galeria Lustosa, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 30.06.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1110

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido Plenário, desta casa, REQUER, votos de congratulações pela posse do Dr. Farage Khoury, na Presidência da Associação Comercial e Industrial de Londrina, ocorrido no último dia 25.

Sala das Sessões, em 30.06.92.

(aa) JOSÉ TAVARES

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 1111

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido Plenário, desta casa, REQUER, votos de congratulações pelo excelente

trabalho realizado à frente da Associação Comercial e Industrial de Londrina, pelo empresário João Jabur.

Sala das Sessões, em 30.06.92.

(aa) JOSÉ TAVARES

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 1113

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao Ilustre Paranaense, Engenheiro Osires Stenghel Guimarães, que assumiu a presidência nacional da RFF - Rede Ferroviária Federal. Temos certeza de que haverá de realizar um bom trabalho, diante de suas inúmeras qualidades, comprovadas em várias funções públicas já ocupadas e onde conseguiu grande sucesso. Trata-se de um dos melhores nomes que o Paraná pode oferecer a República e o desafio que se apresenta, dirigindo uma das maiores empresas do Governo onde é notória a existência de problemas, o torna merecedor de nosso respeito e a quem expressamos votos de êxito!

Sala das Sessões, em 30.06.92.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1121

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata de um Voto de Congratulações pela passagem do 18° aniversário da fundação do jornal O DIÁRIO do Norte do Paraná ocorrido no dia 29 de junho próximo passado.

Os serviços prestados pelo jornal O DIÁRIO à Região Noroeste do Estado são da mais alta significância, pois cumpre com o seu dever de informar à população, com absoluta imparcialidade e independência, fruto do trabalho dos Diretores e funcionários que compõem sua Equipe.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Jornalista Franklin Vieira da Silva - Diretor Presidente do Jornal O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ.

Sala das Sessões, em 30.06.92.

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO 1104

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Roberto Requião, digníssimo Governador do Estado, no sentido de que seja autorizado a liberação de recursos financeiros para a construção de unidades de Escolas Oficinas no Município de Altônia.

Do aprovado, requer comunicação aos ilustres Senhores Prefeito Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal e ao Senhor Durval.

Sala das Sessões, em 30.06.92.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A escola oficina sugere uma proposta de trabalho educativo mais próximo da realidade e das necessidades das crianças e adolescentes, na certeza de que a escola pública assuma suas funções sociais.

Nesse sentido, tem como principal proposta pedagógica o trabalho com adolescentes vitimados, a fim de profissionalizá-los e de resgatar seus direitos enquanto cidadãos e pessoas em desenvolvimento.

Com esse objetivo requeira recursos financeiros para a construção e tais unidades em Altônia.

REQUERIMENTO N° 1120

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Agricultura Osmar Dias, ao Governador do Estado Roberto Requião, ao Ministro da Agricultura Antonio Cabrera e ao Presidente da República Fernando Collor, solicitando empenho no atendimento das reivindicações dos Pequenos Agricultores, constadas no documento em anexo, tiradas por ocasião da realização do 1° Congresso Sudoestino realizado pela Microrregião 1 da FETAEP (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná) com a participação da CUT (Central Unica dos Trabalhadores) Regional Sudoeste, Assesoar (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural), com a presença de aproximadamente 200 (duzentos) agricultores representantes de diversas Organizações, concluído no dia 3 (três) de junho de 1992, em São Jorge do Oeste, Sudoeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 30.06.92.

(a) OVIDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

É público e notório a grave situação porque passam os pequenos agricultores do País, especialmente no Estado do Paraná no que diz respeito a real instabilidade, consequência da falta de Políticas de subsídios, preços e seguro.

É veemente a necessidade de, quanto as definições do MERCOSUL, serem ouvidos as organizações representativas dos trabalhadores por todos os órgãos governamentais.

O atendimento das reivindicações em anexo trará certamente, melhorias nas condições reais de vida dos pequenos agricultores e, indiscutivelmente aumentará a produção de alimentos para toda a popula-

ção bem como o fortalecimento das organizações do campo.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 199/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública o Conselho Comunitário do Hospital Ana Fiorillo Menarim, com sede e foro na cidade de Castro.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.06.92.

(a) DOMINGOS DE CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Objetiva o presente plano de lei dar ao Conselho Comunitário do Hospital Ana Fiorillo Menarim o diploma de Utilidade Pública.

Mencionado Conselho Comunitário do Hospital Ana Fiorillo Menarim, com sede e foro na cidade de Castro, foi criado no dia 21 de junho de 1990, e é uma associação civil sem fins lucrativos e com a finalidade de colaborar na administração do Hospital Ana Fiorillo Menarim da cidade de Castro.

Objetiva o Conselho acima nominado a supervisionar diretamente a administração do Hospital Ana Fiorillo Menarim e promover a integração dos representantes da comunidade de Castro para a melhoria no atendimento do hospital; buscar recursos na iniciativa privada; propiciar a continuidade e ampliação no atendimento na área da saúde da região de Castro e também promover convênios e acordos com entidades nacionais e internacionais.

Em resumo, o Conselho Comunitário do Hospital Ana Fiorillo Menarim presta relevantes serviços no âmbito de sua atuação, aliás serviço público por excelência, já que a saúde de nossa população é questão de segurança nacional.

O plano de lei, ora submetido ao Plenário desta Casa de Leis, conforme os incluídos documentos, está consoante a Lei n° 6.994, de 10 de janeiro de 1978.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passamos ao horário das Lideranças.

Consultamos à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do seu horário.

Com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

O dia de hoje, certamente, será para

todos nós um dia bastante agitado em termos de Plenário. Estamos no dia 30 de junho e não só o Regimento desta Casa, como também a Constituição estabelecem que no dia de hoje encerra-se o Período Ordinário relativo ao primeiro semestre desta Sessão Legislativa.

É evidente, Senhor Presidente, que o número de Mensagens de Sua Excelência o Governador, ainda tramitando na Assembleia Legislativa, na ordem de vinte e nove Mensagens, algumas das quais já receberam a aprovação desta Casa no dia de ontem e também na última quinta-feira, algumas delas já conseguiram, inclusive, receber de Sua Excelência, Deputado Anibal Khury, do Deputado Arruda e do Deputado Traiano o necessário autógrafo, para que possa ser remetida à apreciação e à sanção do Governador.

No entanto, temos ainda, Senhor Presidente e Senhores Deputados, em torno de trinta Mensagens do Poder Executivo tramitando nesta Casa.

Na tarde de ontem e na manhã de hoje tivemos a oportunidade, em mais de uma ocasião, nos reunirmos com as Lideranças Partidárias, nos reunirmos com diversos Senhores Parlamentares, discutir, analisar, acerca destas Mensagens do Poder Executivo que tramitam nesta Assembleia Legislativa, mostrando a importância de que se revestem, eu diria todas elas, mas algumas delas muito mais do que as outras, razão pela qual das conversações surgidas no dia de ontem, pudemos chegar a alguns entendimentos.

O primeiro deles que eu gostaria de comentar aqui, nesta Sessão, diz respeito ao Projeto de Lei nº 136/92, que versa sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Este Projeto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a exemplo do que ocorreu no ano passado, chegou a esta Casa, tramitou nas Comissões competentes, e por último, tramitava na Comissão de Orçamento, presidida pelo Deputado Nelson Justus e integrada por outros seis Parlamentares, tendo sido designado para Relator desta Matéria, o Digno Deputado Heinz Herwig.

A exemplo do que ocorreu em outras ocasiões, uma ampla discussão se estabeleceu e o Deputado Heinz, posteriormente terem sido abertos os prazos para as Emendas passou a analisar cada uma delas, dentro daquilo que lhe competia, na Comissão de Orçamento, e isso feito surgiu a idéia de elaborar um Substitutivo Geral. Esse Substitutivo Geral, evidentemente, precisava, numa primeira hora ser avaliado com os demais Parlamentares, porque esta tem sido a postura do Deputado Heinz, de buscar, através do diálogo, encontrar o ponto de equilíbrio, de entendimento, para assunto de tão grande envergadura como é a

Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A exemplo do que ocorreu, no ano passado, tivemos a oportunidade de nos reunir com o Secretário do Planejamento, Dr. Passos, com o Presidente da Assembleia, Deputado Anibal Khury, com outros Senhores Parlamentares, com assessores da Casa, das Lideranças, assessores da Secretaria do Planejamento, e finalmente, na tarde de ontem, chegamos ao entendimento com referência ao Substitutivo apresentado pelo Deputado Heinz, que foi apreciado na Comissão de Orçamento e recebeu unanimidade de votos. Isso demonstrou que, através do diálogo, do bom senso, a gente pode chegar a lugares que muitas vezes acreditamos que não se pode chegar.

É bem verdade também que no ano passado as dificuldades para se chegar ao entendimento foram maiores, até mesmo porque a Secretaria do Planejamento carecia de mais informações porque a equipe lá instalada estava recém chegando às suas atividades e também porque nós, os Parlamentares, estávamos há poucos meses e não éramos possuidores de todas as informações que carecíamos para elaborarmos, quem sabe, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que cada um de nós quisesse e que fosse tanto do interesse deste Poder Legislativo, do Poder Executivo e por que não dizer do Paraná?

Mas, neste ano, fruto da experiência armazenada por esta Casa, pela Secretaria do Planejamento, pudemos ao final, encontrar uma solução, chegarmos a um entendimento e a LDO vai à votação no dia de hoje. O Deputado Heinz vai, certamente apresentar o seu Substitutivo a esse Plenário, e tenho certeza que pela maneira com que foi elaborado, receberá a aprovação desta Casa e desta forma poderemos, havendo a aprovação desta Casa, dos Senhores Deputados, que esta Assembleia dispense a exigência do interstício regimental, possa realizar mais duas ou três Sessões Extraordinárias, no dia de hoje ainda, e desta forma, além de votarmos a 2ª Discussão, votarmos a 3ª e a Redação Final da LDO.

E votarmos também a 1ª, 2ª e 3ª, as Emendas, o Substitutivo, as Redações Finais de mais de uma dezena de outros Projetos, todos já previamente analisados, alguns ainda sendo analisados em caráter emergencial, a nível de Comissão de Constituição e Justiça e que chegarão a nós, na maioria dos casos, repito, na maioria dos casos, chegarão a nós já numa condição prévia de entendimento para serem aprovados, nas Sessões Extraordinárias que este Plenário, espero, venha concordar com suas realizações.

Desta forma poderemos cumprir rigorosamente aquilo que estabelece a Constitui-

ção e nosso Regimento Interno, de darmos por aprovado não só as Mensagens governamentais de créditos suplementares, de gratificação aos servidores especialistas, na área de Educação, como também aprovarmos as Mensagens, os projetos oriundos do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas, do Ministério Público, ajustando os salários de seus servidores, de seus integrantes, e, principalmente, podermos, ao final da Sessão de hoje, mesmo que após duas, três ou quatro Sessões Extraordinárias, cumprir, como eu disse, fielmente aquilo que estabelece o nosso Regimento Interno e darmos por aprovada também a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

É bom que se frise que algumas matérias que serão por nós votadas na tarde de hoje, chegaram a esta Casa na semana passada. E, para que fossem hoje votadas, para que tivessem condição de serem hoje apreciadas neste Plenário, necessário se fez que as Comissões Permanentes desta Casa, todas as que foram chamadas a opinar nestas matérias, pudessem e tivessem que se reunir em caráter extraordinário para que as emendas e não só as emendas, o projeto original, fossem apreciados em tempo recorde.

Eu cito, por exemplo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Projeto de Lei nº 189, oriundo da Mensagem nº 47, que estabelece a gratificação ao magistério. São projetos que chegaram a esta Casa a cerca de uma semana e meia e já estão em condições de serem apreciados nas Sessões Extraordinárias que certamente este Plenário aprovará.

Então, é uma demonstração, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que a Assembleia Legislativa é sensível aos reclamos da nossa sociedade. É sensível e faz tramitar com rapidez e com agilidade aqueles assuntos que pelo seu conteúdo, pela sua importância e pela sua maneira de ser não se apresentam polêmicos num determinado momento e que podem, de pronto, receber aprovação não só daqueles Parlamentares que integram o bloco de apoio ao governo, mas, também e principalmente, dos Deputados que nesta Casa se colocam na Bancada de Oposição, mas que nesses momentos se somam, a exemplo de nós, numa única força espelhando a vontade maior do Poder Legislativo.

Por essa razão, Senhor Presidente e Senhores Deputados, conclamo a todos para que possamos dar aprovação ao requerimento que estamos apresentando a esta Casa, para que possamos dispensar o interstício regimental e convocarmos tantas quantas necessárias forem Sessões Extraordinárias para que possamos dar por inteiro e aprovado no dia de hoje, as Mensagens do Tribunal de Justiça, do Ministério Público, do Tribu-

nal de Contas, Mensagens do Poder Executivo de crédito suplementar e gratificação funcional e porque não dizer, darmos também por aprovada em sua fase final o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Portanto peço o apoio dos nobres Deputados e mais ainda, Senhor Presidente, estamos colhendo assinaturas para que possamos dar cumprimento a tudo aquilo que estabelece o nosso Regimento Interno, no sentido de que, se necessário for, possamos transformar este Plenário em Comissão Geral para eventualmente e emergencialmente analisarmos algumas emendas ou subemendas que possam ainda ser apresentadas pelos Senhores Parlamentares de forma a contribuir, a esclarecer as votações que teremos pela frente.

Peço portanto a compreensão de todos para o momento que estaremos vivendo no dia de hoje. Em alguns momentos poderá se apresentar como tumultuado, mas eu quero crer, isso não será a verdade. O que nós teremos sim, é muito trabalho no dia de hoje, a exemplo do que já foi o dia de ontem, na semana passada, quando dezenas de projetos e emendas foram por nós analisados à exaustão e ao final se conseguiu a aprovação, fruto do entendimento dos Senhores Parlamentares ou, na ausência do entendimento, fruto da vontade da maioria deste Parlamento.

Muito obrigado.

O SR. NELSON GARCIA - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Palavra, pela ordem.

O SR. NELSON GARCIA (Pela Ordem) - Eu só queria registrar nesta Casa a presença do companheiro Massashi Noiushi, Vice-Prefeito de Umuarama, e também dos Vereadores de Iporã, Moisés Mendes e Paulo Takada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PDT com a palavra. Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sem dúvida nós temos que registrar mais um final de um período legislativo nesta Casa, talvez não com a mesma euforia, ou com aquela mesma colocação de tantas vantagens a nível de Paraná, como há pouco dizia o nobre Líder do PMDB, Deputado Orlando Pessuti. É óbvio que muitas coisas aconteceram, e eu creio que as mais positivas a nível de Paraná e a nível de Governo, sem dúvida tenham sido aquelas que dão a suplementação de verbas ao Governo do Estado.

Com relação a outros pontos, nós temos que registrar aqui que a própria Bancada

do PDT é contra. E esses fatos precisam ser registrados, porque nós sabemos que não foram apenas mar de rosas, quando se falou aqui quando se fez uma bela homenagem ao IAPAR, nós sabemos que recentemente esse Instituto estava caindo das pernas, a verdade não prevaleceu.

Nós que recentemente, também neste Plenário, as Universidades foram violadas nos seus direitos de autonomia, e isto aconteceu nesta Casa, nós tivemos aprovado nesta Casa um dispositivo que fere os preceitos constitucionais quando tiramos a autonomia das Universidades do Estado do Paraná; e com certeza passarão neste Governo, como aconteceu no Governo anterior, por dificuldades, as mais difíceis possíveis, como acontece hoje com as escolas de 1º e 2º graus. Isso é lamentável e tem que ficar registrado nesta Casa, esta Casa lamentavelmente, não por todos, mas pela maioria, tirou esse direito e se somou, esperamos que não aconteça, mas se somou a uma realidade que é a falência também da educação de 3º grau.

Esta Casa aprovou a eleição de diretores das escolas públicas do Estado do Paraná, e o Governo do Estado vem forçando freqüentemente, mesmo desrespeitando decisão do Judiciário, vem forçando a realização através de decretos e através de resoluções.

Ainda bem que temos a coerência do Poder Judiciário, que reconheceu o poder desta Casa na aprovação desta Lei, que cabia a esta Casa alterá-la e não se curvar, e não falar de joelho como muitos querem que aqui se faça em termos de todas as representações, mas para a nossa convicção muitos não se curvam.

Nós vimos também derrubado nesse período a data base dos servidores públicos do Estado do Paraná, não existe uma data base, não existe uma política de definição, de salários e plano de carreira em termos de funcionalismo. Reclamam os funcionários dos diferentes Poderes, reclamam os funcionários também deste Poder Legislativo, e com as suas razões. Eu creio que o mais breve possível esta Casa deverá fazer uma revisão mostrando de fato a sua autonomia como Poder constituído. Perdemos recentemente em termos de funcionalismo público o direito dos cargos comissionados.

Também cometeu, a maioria nesta Casa, o assalto a este direito dos servidores públicos. Estamos vendo ameaçado também, e sabemos que hoje nesta Casa deve acontecer com os servidores do Poder Judiciário, quando estamos apresentando substitutivo que em momento adequado vamos defendê-lo em cima de uma política de coerência, em cima de uma política que pede que esta Casa respeite, ao menos, os preceitos

constitucionais previstos. E o que pede os servidores nada mais é, e isto está no Projeto de Lei 161, Substitutivo nosso procurando garantir estes direitos e mostrando a estes trabalhadores que nós aqui ainda mantemos a coerência com aquilo que pregamos em praça pública.

Estaremos, como estivemos com outros servidores, defendendo o direito destes trabalhadores do Poder Judiciário.

A contradição nesta Casa também acontece quando o próprio Governo se contradiz, apresenta projeto de Lei estendendo a gratificação de apoio educacional. Esta Casa, através da bancada de sustentação, apresentou emenda, conforme queria o Secretário de Educação. E o Governador vetou aquele projeto onde ali também se incluía o direito dos professores aposentados de ter incorporada a regência de classe. Veta totalmente este projeto. Ainda bem que apresenta um em seguida, que hoje estaremos apreciando, dando garantia aos professores com relação ao apoio educacional aos locais de difícil acesso. Mas estas contradições precisam ficar registradas, para se mostrar que as contradições nesta Legislatura estão acontecendo, principalmente na esfera não só do rolo compressor dentro desta Casa, mas do próprio Governo como um todo.

Onde ficou, quando naquele momento em que derrubavam um projeto de nossa autoria, onde ficou a regência de classe que foi garantida aqui na Casa, pela liderança do Governo, que ela seria instituída a estes trabalhadores. É uma mera enganação e foi uma mera enganação. Esperamos que isto possa ser defendido.

Continuarei defendendo a independência deste Poder. Assim como também a nossa bancada, a nossa bancada vai e sempre, custa os maiores sacrifícios, defender a voz do trabalhador, a voz do povo do Paraná e a independência do poder nesta Casa.

O PDT não se somará a estes prejuízos que estão vindo em detrimento não ao Governo do Estado, mas em prejuízo aos servidores públicos.

Queremos registrar também neste Plenário que se há intenção de convocação por parte do Governo de período extraordinário, esta convocação não tem a deferência e não tem o respaldo da bancada do PDT nesta Casa. Se for feita a convocação extraordinária, com certeza como bem colocou a Presidência também deste Poder, que não tem nenhum interesse em fazer a convocação extraordinária deste Poder, temos certeza que assim há de agir também a maioria deste Plenário. Não queremos a convocação extraordinária. Mas também não podemos aprovar de afogadilho e tirar no apagar das luzes direitos dos trabalhadores, como

aqui acontece frequentemente. Aconteceu na primeira legislatura e acontece no apagar das luzes também desta Legislatura.

Aqui fica o registro contrário a todo este tipo de manobra, de "maracutaia", em nome da bancada do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No horário das Lideranças.

PST com a palavra. (Declina).

PFL com a palavra. (Declina).

PRN com a palavra. (Declina).

PSDB. (Declina).

PTB. (Declina).

PT. Concedo a palavra ao Senhor Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes de encerrarmos esse período legislativo e até porque notícias arrepiam a população brasileira estão na imprensa hoje a respeito do Presidente Collor, eu gostaria de me pronunciar novamente aqui neste Plenário sobre a Previdência Social.

A Previdência Social vive um momento gravíssimo em nosso País na atualidade. Após longos anos, longas lutas e muitas conquistas pela classe trabalhadora e benefícios, o momento deixa grande preocupação a todos esses trabalhadores brasileiros. Conquistas recentes, inclusive na última Constituição trazem aos trabalhadores a igualdade entre os trabalhadores rurais e urbanos, bem como a igualdade entre o homem e a mulher com respeito aos benefícios previdenciários e a própria aposentadoria.

Infelizmente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, essas conquistas chegam neste Governo, neste Governo Collor que tenta implantar um neo-liberalismo nefasto às conquistas populares e sociais do nosso País e principalmente na área da Previdência Social. O Governo não quer que a Previdência Social pública funcione, para influenciar, para mostrar para a sociedade que a previdência não funciona e assim justificar a privatização da Previdência Social, após tudo ser feito, aprovado na Constituição, regulamentado os artigos na Constituição, feitas as normas regulamentares, a normatização do funcionamento da Previdência, a aplicação dessa legislação já há quase seis meses está engavetada e nada se faz para que os direitos conquistados dos trabalhadores possam realmente serem colocados em prática.

As informações que vêm inclusive dos órgãos da Previdência sobre essas novas conquistas são extremamente lentas, a ação muito mais lenta ainda, e muitas vezes distorcidas pelos próprios órgãos da Previdência. Propositamente o Governo quer demorar o pagamento dos novos aposentados

para com isso cumprir a exigência do FMI e com isso usar o dinheiro da Previdência dos trabalhadores para pagar outras dívidas e para usar em outras áreas do seu Governo, dinheiro este que é da classe trabalhadora, que é de quem paga a Previdência.

Autoridades do próprio Governo dizem isto nos meios de comunicação como eu tive oportunidade de ouvir e ver na televisão uma alta autoridade do Ministério da Previdência dizendo que o Governo desvia recursos da Previdência para outras atividades do Governo.

O orçamento da seguridade social que pertence aos trabalhadores em valores de janeiro de 92 atinge 123 trilhões de cruzeiros, dos quais pouco mais de 50% são gastos para pagar os 12 milhões de beneficiários da Previdência Social. Onde estão as mentiras que não tem dinheiro para pagar os 147% dos aposentados? Onde está a verdade sobre as notícias do Governo de que não tem dinheiro para pagar os aposentados rurais e as aposentadorias novas dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais. Notícias nos órgãos de imprensa nos deixam preocupados.

O plano de benefício da Previdência faz um ano que está aprovado sem pagar aposentadorias. Previdência não paga 165 mil trabalhadores rurais no Paraná. Supremo manda pagar os 147% dos aposentados.

Este Governo está realmente sem credibilidade, Senhor Presidente, Senhores Deputados, sociedade brasileira.

Este Governo deveria realmente fazer o que o editorial do Estado de São Paulo sugere hoje em sua edição: Renunciar a esse mandato. Anexado, aglutinado a todos os problemas deste Governo nós temos aí, no momento, a questão da corrupção e essas denúncias frescas e novas saindo agora da imprensa. Esperamos que hoje à noite no seu pronunciamento o Senhor Presidente da República atenda o pedido da sociedade brasileira e a sugestão que o jornal no seu editorial fala hoje de renunciar sem esperar que o Congresso tenha que votar o seu "impeachment" e com isso o povo brasileiro estaria muito mais tranquilo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra PL. (Declina).
Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a Mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente. Necessita de

apoio. - **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando a inversão da discussão e votação da Ordem do Dia da presente sessão. - **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de inversão da Ordem do Dia, de autoria do Sr. Orlando Pessuti, acima aprovado:

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 189/92, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 47/92, que institui a Gratificação de Apoio Educacional aos Professores e Especialistas de Educação do Magistério Público Estadual de 1º e 2º Graus, em exercício de funções técnico-pedagógicas na Administração Central, nos Núcleos Regionais da Educação e nos Estabelecimentos de Ensino da Secretaria de Estado da Educação - SEED. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 88 de 16.06.92. Mens.)

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 177/92, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 45/92, que autoriza o Poder Executivo, ceder à Associação Paranaense para o Desenvolvimento do Potencial Humano - APADEH, parte de imóvel situado nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 87 de 15.06.92. Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 177/92

PARECER:

Oriundo da Mensagem nº 45/92, do Poder Executivo, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe que visa autorizar o Poder Executivo a ceder à Associação Paranaense para o Desenvolvimento do Potencial Humano - APADEH, parte do imóvel situado nesta Capital.

Analisando-se a matéria do ponto de vista constitucional e legal nada há que obste a tramitação do mesmo.

Por estas razões, opinamos favoravelmente a tramitação e consequente aprovação do mesmo.

E o parecer!

Sala das Comissões, em 22.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 117/92, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 28/92, aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 280.826.000,00 (duzentos e oitenta milhões, oitocentos e vinte e seis mil cruzeiros), ao vigente

orçamento do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 53 de 06.05.92. Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 117/92

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 28/92, é objeto de nossa análise o Projeto de Lei nº 117/92, que dispõe sobre a aprovação de crédito suplementar no valor de Cr\$ 280.826.000,00 (duzentos e oitenta milhões oitocentos e vinte e seis mil cruzeiros), ao vigente orçamento do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF - servindo como recurso para a cobertura do crédito igual importância, proveniente de superávit financeiro no balanço patrimonial da referida entidade, durante o exercício de 1991.

Sob o aspecto jurídico, a propositura respeita a disposição do inciso V do artigo 135 da Constituição Estadual.

Concluimos, portanto, que o Projeto de Lei nº 117/92 encontra-se em condições de ser levado à deliberação do Plenário, para apreciação quanto ao mérito, merecendo acolhimento e parecer favorável por esta Comissão.

Sala das Comissões, em 16.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

OVIDIO CONSTANTINO - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO PROJETO DE LEI Nº 117/92

PARECER:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 28/92, visa aprovar um crédito suplementar no montante de Cr\$ 280.826.000,00 (duzentos e oitenta milhões, oitocentos e vinte e seis mil cruzeiros) ao vigente orçamento do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF.

A iniciativa atende aos dispositivos legais e constitucionais que disciplinam a matéria orçamentária, ao prever como recurso para a cobertura do crédito, igual importância proveniente de superávit financeiro, apurado no balanço patrimonial da referida entidade, no exercício de 1991.

Posto isto, somos de parecer favorável à sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 25.06.92.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

HEINZ HERWIG - Relator

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 191/92, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, que dispõe sobre os vencimentos da Magistratura do Estado do Paraná e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. APRECIADAS NESTE TURNO EMENDAS N°S 01 e 02 DE PLENÁRIO. POR APRECIAR O SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J..

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que dê conhecimento a este Plenário se o substitutivo que vamos apreciar nesse momento é da CCJ ou do Tribunal de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O substitutivo é da CCJ, projeto do Deputado Colombino Grassano.

Em votação. Rejeitado.

Está aprovado o projeto e as emendas. Irá à Redação Final.

O SR. DR. ROSINHA - Registrado o voto contrário da bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Anotado.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 136/92, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 20/92, dispõe sobre as diretrizes para a elaboração dos Orçamentos do Estado relativo ao exercício financeiro de 1993. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O. COM EMENDAS DE PLENÁRIO. SUBSTITUTIVO GERAL da C.O. EM REGIME DE URGÊNCIA.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO PROJETO DE LEI Nº 136/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo de Mensagem Governamental nº 020/92, dispõe sobre as diretrizes para elaboração dos orçamentos do Estado relativos ao exercício financeiro de 1993.

Examinando o projeto nas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, recebeu, em ambas, pareceres favoráveis.

Foram apresentadas 24 (vinte e quatro) emendas em Plenário.

Tendo em vista que, a princípio, o projeto de lei não obedecia a alguns dos requisitos dispostos no art. 133, § 3º da Constituição Estadual, as emendas que supriam tais omissões foram acatadas na íntegra por este Relator.

Uma vez incorporadas as emendas ao plano de lei, foi elaborado um Substitutivo Geral que ora apresentamos.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 136/92, na forma do substitutivo ora proposto.

É o parecer.

Curitiba, terça, em 30.06.92

Sala das Sessões, em 25.06.92.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

HEINZ HERWIG - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO PROJETO DE LEI Nº 136/92 SUBSTITUTIVO GERAL

Art. 1º - Ficam estabelecidas, nos termos desta lei, as diretrizes para a elaboração dos Orçamentos Fiscal, Próprio da Administração Indireta e de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, relativos ao exercício financeiro de 1993.

CAPÍTULO I DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 2º - O montante das despesas dos Orçamentos não poderá ser superior ao das receitas dos mesmos.

Art. 3º - Na Lei Orçamentária para 1993, a discriminação nas despesas dos Orçamentos será apresentada com o seguinte desdobramento:

DESPESAS CORRENTES

Pessoal e Encargos Sociais
Juros e Encargos da Dívida
Outras Despesas Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos
Inversões Financeiras
Amortização da Dívida
Outras Despesas de Capital

Art. 4º - Não poderão ser fixadas despesas sem que sejam definidas as correspondentes fontes de recursos.

Art. 5º - No projeto de lei orçamentária as receitas serão estimadas e as despesas serão fixadas segundo os preços vigentes no mês de maio de 1992.

§ 1º - As despesas custeadas com financiamentos em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio vigente em 31 de maio de 1992.

§ 2º - Os valores de receita e despesas apresentados no Projeto de Lei de Orçamento para 1993 serão atualizados, antes do início da execução orçamentária, mediante aplicação de índice de variação de preços no período de junho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 1992, conforme critérios estabelecidos no próprio projeto de lei.

Art. 6º - Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos de alterações da Legislação Tributária até 31 de dezembro de 1992, em especial:

I - a consolidação da legislação referente ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS;

II - a concessão e redução de isenções fiscais;

III - a revisão de alíquotas dos tributos de competência estadual; e

IV - o aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

Art. 7º - As receitas de órgãos, Fundos, Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender, prioritariamente, gastos com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, contrapartida de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Art. 8º - O Projeto de Lei Orçamentária destinará os recursos remanescentes do Tesouro Geral do Estado, aos Órgãos do Poder Executivo e ao Ministério Público, após deduzidos os recursos destinados:

I - ao pagamento de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho de 1992;

II - os recursos relativos ao Art. 205 da Constituição Estadual;

III - aos orçamentos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, correspondentes, respectivamente, a 3% (três por cento) e 6% (seis por cento) da receita geral do Estado, excluídas as operações de crédito e participações nas transferências da União;

IV - às despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

V - ao pagamento do serviço da dívida pública e Patrimônio do Servidor Público - PASEP;

VI - às contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais, aprovados por lei;

VII - a programas de fomento e desenvolvimento através do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE; e,

VIII - à manutenção e desenvolvimento do ensino, correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos.

§ 1º - Os recursos remanescentes de que trata o caput deste artigo, serão destinados, de acordo com os seguintes limites percentuais:

- Chefia do Poder Executivo .. até 12%
- Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia até 5%
- Procuradoria Geral do Estado. até 1%
- Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral . até 3%

- Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL... até 14%
- Secretaria de Estado da Comunicação Social até 2%
- Secretaria de Estado da Administração até 10%
- Secretaria de Estado da Fazenda até 12%
- Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA .. até 1%
- Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social até 3%
- Secretaria de Estado da Cultura até 3%
- Secretaria de Estado da Segurança Pública até 20%
- Secretaria de Estado da Saúde até 25%
- Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania até 8%
- Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento ... até 15%
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente até 12%
- Secretaria de Estado dos Transportes até 30%
- Secretaria Especial para Assuntos do Meio Ambiente até 4%
- Secretaria Especial do Esporte e do Turismo até 2%
- Secretaria Especial da Política Habitacional até 14%
- Ouvidor Geral do Estado até 1%
- Secretário Especial para Assuntos externos até 1%
- Ministério Público até 2%

§ 2º - Dos recursos remanescentes de que trata o caput deste artigo serão destinados até 2% (dois por cento) para auxílio à instalação dos novos municípios.

Art. 9º - Fica vedada aos órgãos da Administração Direta e Indireta a previsão de recursos orçamentários para subvenções sociais a clubes, associações ou quaisquer outras entidades congêneres que congreguem servidores ou empregados e seus familiares, excetuados os destinados à manutenção de creches.

Art. 10 - Na ausência das leis complementares previstas nos artigos 165, § 9º, e 192, da Constituição Federal, programações das despesas de caráter administrativo dos Bancos Estaduais e de suas empresas vinculadas integrarão o Projeto de Lei Orçamentária.

Art. 11 - Ao Projeto de Lei Orçamentária não poderão ser indicadas emendas que:

I - não sejam compatíveis com as disposições do § 3º, do Art. 134, da Constituição Estadual;

II - transfiram recursos próprios das entidades referidas nos Capítulos III e IV.

Art. 12 - O Projeto de Lei Orçamentária conterá dispositivos autorizatórios para centralização de recursos do Tesouro Geral do Estado na Secretaria de Estado da Administração, destinados à aquisição centralizada de materiais de consumo e permanente, a execução centralizada de materiais de consumo e permanente, a execução centralizada de reparos e obras, bem como, ao pagamento de despesas com energia elétrica (Companhia Paranaense de Energia - COPEL), água e esgoto (Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR), e de serviços de processamento de dados (Companhia de Processamento de Dados do Paraná - CELEPAR).

Art. 13 - Os recursos recebidos pelo Estado, provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações registradas nas despesas orçamentárias de cada órgão celebrante do contrato, só podendo sofrer qualquer desvinculação por lei.

CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES SOBRE O ORÇAMENTO FISCAL

Art. 14 - O Orçamento Fiscal fixará as despesas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público e estimará as receitas de recolhimento centralizado do Tesouro Estadual. Tais receitas e despesas estão estimadas preliminarmente em torno de Cr\$ 7,2 trilhões, a preços de maio de 1992.

§ 1º - O Orçamento Fiscal conterá as cotas de receitas a serem transferidas para as autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

§ 2º - A proposta orçamentária do Poder Legislativo será elaborada pela Assembleia Legislativa e não excederá a três por cento (3%) da receita geral do Estado, excluída das operações de crédito e participações nas transferências da União, conforme preceitua o art. 138, da Constituição Estadual.

Art. 15 - A fixação das despesas com pessoal e encargos sociais obedecerá o disposto nos artigos 38 e 17 dos Atos das Disposições Transitórias da Constituição Federal e da Estadual, respectivamente.

Art. 16 - As programações custeadas com recursos oriundos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, fixando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 17 - Os recursos ordinários do Tesouro Estadual somente poderão ser pro-

gramados para atender despesas de capital após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartida de programas financiados e outras despesas com custeio administrativo e operacional.

Art. 18 - O Projeto de Lei Orçamentária conterá previsão dos recursos necessários para cumprimento do disposto no art. 137, parágrafo único, da Constituição Estadual.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES SOBRE O ORÇAMENTO PRÓPRIO DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Art. 19 - O Orçamento Próprio da Administração Indireta compreende as receitas próprias e as receitas de transferências do Estado e suas aplicações relativas às Autarquias, Fundações e Órgãos de Regime Especial.

Art. 20 - O Poder Executivo, mediante Mensagem, proporá a inclusão na Lei Orçamentária, de dispositivos necessários à execução dos Fundos criados por lei no decorrer do ano de 1992.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES SOBRE O ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS PÚBLICAS E DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

Art. 21 - O Orçamento de investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, compreenderá as receitas próprias e as receitas de transferências do Estado e suas aplicações.

Art. 22 - O Orçamento de Investimento integrará a Programação Orçamentária Global das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista para o exercício de 1993.

CAPÍTULO V DAS PRIORIDADES DOS ORÇAMENTOS PARA O EXERCÍCIO DE 1993

Art. 23 - As principais ações que constarão dos Orçamentos do exercício de 1993, são as a seguir relacionadas, segundo as respectivas funções de Governo:

LEGISLATIVA

- Aprimoramento do processo legislativo para apreciar matérias de competência do Estado;

- Aprimoramento dos métodos de fiscalização orçamentária financeira do Estado e Municípios.

JUDICIÁRIA

- Defesa dos interesses do setor público e fiscalização permanente da legalidade e constitucionalidade dos atos da administração pública;
- Aperfeiçoamento e ampliação da estrutura judiciária da Capital e Interior do Estado;
- Aprimoramento do Serviço Auxiliar da Infância e da Juventude em cumprimento ao Estatuto da Criança;
- Defesa do interesse público no processo judiciário e na proteção do regime democrático;
- Continuidade aos procedimentos necessários à construção do Fórum de Curitiba;
- Assistência jurídica gratuita à população, com ênfase à parcela mais carente, para garantir a defesa de seus direitos fundamentais;
- Continuidade às ações e programas relativos à proteção, orientação, defesa e educação do consumidor, em articulação com os órgãos municipais e estaduais, para aplicação da Lei de Defesa do Consumidor;
- Ampliação e reaparelhamento do sistema penitenciário do Estado.

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

- Coordenação e controle da execução orçamentária e financeira do Estado;
- Acompanhamento físico das ações governamentais;
- Continuidade das ações para implantação do regime jurídico único;
- Ampliação e aperfeiçoamento do sistema fisco-arrecadador do Estado;
- Aperfeiçoamento da informática pública;
- Formação e desenvolvimento de recursos humanos;
- Racionalização administrativa e utilização adequada dos recursos humanos, materiais e financeiros;
- Acompanhamento da evolução da economia e sociedade paranaense e formulação de diagnósticos sócio-econômicos que permitam avaliar o conjunto das políticas públicas estaduais;
- Continuidade às ações de coleta, levantamento e tratamento estatístico de dados e informações, bem como o seu armazenamento no Banco de Dados do Estado;
- Continuidade à centralização de compras e da realização de obras e reparos no Estado.

AGRICULTURA

- Continuidade aos programas de crédito aos produtores, como "Equivalência-Produto", "Bom Emprego" e aprimoramento dos rebanhos ovino e bovino do Estado;
- Execução do programa "Manejo e Con-

servação de Solos e Água - PMISA";

- Recuperação da qualidade e da produtividade do parque cafeeiro paranaense através do programa da "Revitalização da Cafeicultura";

- Continuidade ao programa "Produção Animal" com ênfase à inseminação artificial, para melhorar os padrões genéticos e a produção leiteira;

- Fomento à fruticultura, especialmente a de citros, na região Noroeste;

- Continuidade ao programa de Manejo e Conservação de Solos - Paraná Rural - BIRD;

- Recomposição florestal do Estado, através do plantio de florestas com finalidades produtivas, energéticas e ambientais, restauração de matas ciliares, de áreas degradadas e áreas de preservação permanente;

- Manutenção do Programa de Fiscalização Agropecuária;

- Continuidade do programa de "Abastecimento", que visa propiciar acesso a alimentos básicos, notadamente os hortigranjeiros, a nível de atacado e melhorar o padrão alimentar e nutricional das famílias de baixa renda e atuar como regulador de preços dos principais produtos de alimentação;

- Manutenção das atividades de armazenagem;

- Classificação de produtos de origem vegetal e seus subprodutos;

- Continuidade ao programa "Terminais de Calcário".

- Promoção da assistência técnica, da extensão rural e da pesquisa e desenvolvimento tecnológico de produtos e recursos agropecuários;

- Tratamento prioritário à pesquisa básica e pesquisa tecnológica, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência;

- Continuidade ao programa "Paz na Terra";

- Execução e fiscalização dos levantamentos topográficos e aerofotogramétricos de áreas rurais, implantação do cadastro técnico de imóveis rurais através do "Programa de Cartografia";

- Desenvolvimento do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - Paraná Rural - BIP;

- Desenvolvimento do projeto Apoio ao Produtor Rural - BIRD - SDR;

- Apoio à formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, concedendo aos que dela se ocupam meios e condições especiais de trabalho.

DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA

- Continuidade às ações dos programas de "Segurança Pública" e "Polícia 24 Ho-

- Aperfeiçoamento, treinamento e desenvolvimento das Polícias Militar e Civil do Estado;
- Desenvolvimento do programa "Bombeiros Voluntários", que visa educar a população do Estado sobre a preservação de incêndios e acidentes;
- Expansão do SIATE aos demais centros urbanos do Paraná, garantindo o atendimento de emergência à população;
- Readequação administrativa do Departamento de Trânsito - DETRAN.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

- Continuidade ao Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano - PEDU;
- Operacionalização do "Programa de Apoio aos Municípios - PAM", com ações a serem realizadas em regime de parceria entre o Estado e os Municípios, em empreendimentos de interesse da população;
- Continuidade ao programa de baixa renda, saneamento básico e melhoria do sistema viário (PIRMC);
- Coordenação das ações desenvolvidas no litoral pelos órgãos estaduais, federais e prefeituras locais nos períodos da temporada de verão;

EDUCAÇÃO E CULTURA

- Expansão da oferta do ensino fundamental e médio;
- Aperfeiçoamento dos profissionais da área de educação, garantindo a melhoria da qualidade do ensino público de 1º e 2º graus;
- Manutenção e ampliação da rede física do ensino fundamental;
- Oferta de recursos didáticos e suporte pedagógico nos diferentes níveis de educação básica;
- Garantia das condições necessárias ao bom desempenho das atividades relativas à educação especial;
- Desenvolvimento do Projeto Qualidade de Ensino Público do Paraná com vistas a reestruturar a escola pública de 1º grau, em negociação com o BIRD;
- Ampliação da estrutura do ensino público voltado a área do estudo profissionalizante, através do programa Expansão, Melhoria e Inovações no Ensino Médio do Paraná, em fase de negociação com o BID;
- Ampliação da rede física de ensino agrícola;
- Racionalização do sistema de ensino superior garantindo uma revisão dos números de cursos, vagas e turmas;
- Garantia das condições necessárias ao suporte pedagógico do ensino superior com a recuperação e reequipagem de laboratórios e ampliação de acervos bibliográficos;
- Aperfeiçoamento do profissional da

área de educação superior.

- Difusão de programas educativos e da importância do acervo cultural, patrimonial, histórico, artístico e arquitetônico como extensão do processo educacional;
- Apoio a implantação de bibliotecas municipais;
- Estímulo a prática esportiva e ao lazer, com o aproveitamento dos espaços públicos disponíveis;
- Desenvolvimento de atividades nas áreas de esporte-educação, esporte-participação e esporte-rendimento;
- Capacitação de recursos humanos para implementação de novos métodos na área do esporte escolar, popular e de rendimento.

ENERGIA E RECURSOS MINERAIS

- Conclusão da Usina Hidrelétrica de Segredo;
- Desenvolvimento dos projetos para construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias;
- Expansão do sistema elétrico estadual com ênfase aos programas de eletrificação comunitária e rural;
- Continuidade a identificação de potencialidades minerais do Estado;
- Desenvolvimento de pesquisas de fontes alternativas de insumos minerais para a agricultura;
- Dimensionamento do volume de talco disponível na região Castro - Ponta Grossa e estudos de mercado para sua exploração comercial;
- Continuidade aos projetos de pesquisas visando a descoberta de minerais metálicos e industriais.

HABITAÇÃO E URBANISMO

- Continuidade ao programa Habitação Popular - "Casa de Família" através dos projetos Mutirão para atender famílias com renda até 3 salários mínimos, autoconstrução para atender famílias com renda até 5 salários mínimos e "Casa Rural" para atender famílias do meio rural.

INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

- Continuidade ao programa de apoio científico e tecnológico ao setor industrial;
- Apoio à modernização e à expansão da agroindústria paranaense;
- Formulação de políticas integradoras com vistas à diversificação e o fortalecimento do parque industrial paranaense;
- Fortalecimento da estrutura industrial mediante estímulo a investimentos em setores prioritários e difusores de tecnologias avançadas;
- Expansão das atividades turísticas no Estado com a incorporação de áreas po-

tenciais aos polos tradicionais.

SAÚDE E SANEAMENTO

- Assistência integral à população, com prestação de serviços de promoção, proteção, recuperação e reabilitação pela rede de saúde pública estadual, integrada à rede municipal;

- Reforço da estrutura de apoio diagnóstico, profilático e terapêutico, buscando a garantia da prestação de serviços relacionados com a produção armazenamento e distribuição de medicamentos, com a pesquisa e produção de imunobiológicos, com a coleta e distribuição de sangue, com a produção e controle da qualidade de hemoderivados e com a produção de fitoterápicos e exames laboratoriais de apoio diagnóstico;

- Prevenção e controle de doenças de rápida disseminação, bem como das que se encontram em processo de erradicação, mediante fiscalização rigorosa do uso de materiais com risco de contaminação, na qualidade de alimentos, medicamentos, sangue, etc.;

- Execução do Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba - PROSAM para recuperar a qualidade ambiental, melhorar as características físico-químicas e biológicas dos recursos hídricos da bacia do Alto Iguaçu, ampliar a oferta de água potável e de áreas para urbanização, bem como controlar as cheias na região;

- Continuidade ao programa de saneamento rural, mediante o abastecimento de água e a melhoria sanitária;

- Estímulo às ações ambientais visando a qualidade das águas das bacias de mananciais destinadas ao abastecimento público atual e do futuro;

- Continuidade às ações de defesa do meio ambiente através dos programas de Defesa Ambiental do Litoral, MERCOSUL Ambiental, SOS Noroeste e Floresta Atlântica.

TRABALHO

- Atendimento às crianças e adolescentes vitimizados, com a implantação de escolas oficinas que visam profissionalizá-los e reintegrá-los à sociedade;

- Apoio a entidades que prestam atendimento à criança e ao adolescente garantindo o seu normal desenvolvimento, à pessoa portadora de deficiência garantindo a sua integração com a vida comunitária, e ao adulto carente garantindo a sua assistência biopsicossocial;

- Apoio e incentivo ao desenvolvimento de trabalhos individuais e associativos visando garantir a subsistência da população não absorvida pelo mercado de trabalho formal;

- Apoio e orientação às atividades comunitárias, visando a participação popular na indicação de alternativas para o desenvolvimento municipal.

- Incentivo e apoio a organização sindical das categorias trabalhadoras.

- Apoio a entidades de caráter social de utilidade pública.

TRANSPORTE

- Conservação da rede rodoviária estadual;

- Auxílio técnico e financeiro para conservação e melhoramento da rede rodoviária municipal;

- Continuidade à execução do programa de pavimentação com pedras irregulares;

- Execução de ligações rodoviárias entre regiões de produção agrícola aos eixos viários e núcleos urbanos, inclusive a pavimentação asfáltica em rodovias estaduais;

- Manutenção e conservação do sistema rodoviário estadual com a participação financeira do Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID (Programa de Melhoramento Rodoviário - BID IV);

- Melhoramento da infra-estrutura portuária, através da construção do Terminal de Contêineres (TECON), ampliação do corredor de exportação e a construção do terminal de Fertilizantes (TEFER).

- Melhoramento da infra-estrutura aeroportuária, dos principais municípios favorecendo as condições de pouso e decolagem de aeronaves de pequeno e médio porte;

- Continuidade da construção da Ferrovia Paranã Oeste FERROESTE, com a ligação ferroviária de Guarapuava à Cascavel.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 1993

Art. 24. - A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária, divulgará os quadros de detalhamento de despesa, especificando por projetos e atividades, os elementos de despesa e respectivos descobrimentos, dos Orçamentos Fiscais e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos na forma do disposto no parágrafo 2º do artigo 5º desta lei.

Art. 25. - A Lei Orçamentária conterá os critérios para a correção dos valores dos Orçamentos Fiscais, Próprio da Administração Indireta e da Programação Orçamentária Global das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, durante o período de execução orçamentária.

Art. 26. - Na Lei Orçamentária, bem como em suas alterações, não serão disci-

minadas as relações de instituições a serem beneficiadas com auxílios e/ou subvenções sociais.

Art. 27. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em
(a) PODER EXECUTIVO

Para encaminhar Deputado Heinz tem preferência, por ser o Relator.

O SR. HEINZ HERWIG - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tendo sido designado pelo ilustre Deputado Nelson Justus Presidente da Comissão de Orçamento nesta Casa como relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos debruçamos nesta lei e achamos fundamental para que depois o Orçamento do Estado do Paraná possa ser analisado devidamente.

A LDO apresentada pelo Governo do Estado do Paraná neste ano de 1992 para o exercício de 1993 de fato já tem muitas melhorias em relação a LDO que foi apresentada no ano passado. Já foram incorporadas uma série de assuntos, uma série de melhorias apresentadas pelo Senhores Deputados ao longo do ano, mas naturalmente falta ainda muita coisa. Nós gostaríamos de que nesta LDO se falasse sobre as diretrizes da política de pessoal, por exemplo, que não foi aquinhoadada.

Critérios para regionalização dos recursos, também não foram feitos, mas como falei muita coisa foi feita, foi melhorado e a partir disso, os Srs. Deputados apresentaram a LDO 24 emendas, as quais visam melhorar a LDO para o próximo ano. Foram emendas muito boas e por nós analisadas, inicialmente, fizemos então o substitutivo, onde foram acatadas essas 24 emendas. Substitutivo que nós sabemos muito bem não seria aprovado pelo Governo, porque muitos dos assuntos são polêmicos e não tem o apoio do Governo. Chegou-se então a um impasse, poderíamos apresentar o nosso substitutivo, esse substitutivo não seria aprovado aqui e nós ficaríamos dias e dias discutindo isso.

Achamos por bem, com a concordância e com o apoio do Presidente da Comissão de Orçamento, Deputado Nelson Justus, com o apoio do Deputado Anibal Khury, Presidente desta Casa, procuramos o Deputado Líder do Governo, Orlando Pessuti para que se pudesse chegar, através do entendimento a alguma solução. As 24 emendas naturalmente não poderiam ser aprovadas, nem poderíamos concordar que nenhuma das emendas fosse aprovada e através dessa disposição de negociação que devemos aqui louvar, nós Deputado de oposição que somos, temos que também nessa hora louvar a atitude e a vontade do Deputado Orlando Pessuti, jun-

tamente com o Secretário de Planejamento, Deputado Artur Passos, em várias reuniões aqui nesta Casa tentasse chegar a um acordo. Não foi fácil.

Gostaríamos - como falei - de poder acatar todas as emendas para que se chegasse talvez ao ideal que nós, como Deputado de oposição pudessemos achar.

Mas entre o ideal e o possível, preferimos chegar ao possível e no possível nós tivemos o substitutivo, acatando 15 das 24 emendas apresentadas pelos senhores Deputados. A maioria é tudo aquilo que os Deputados aqui presentes apresentaram como forma de melhorar a Lei de Diretrizes Orçamentárias apresentada pelo Governo do Estado.

São emendas que visam melhorar a redação de alguns artigos, emendas que permitem, por exemplo, a manutenção, a possibilidade de se permitir a manutenção do restaurante universitário, da Casa do Estudante Universitário, por exemplo, anseio de muitos Srs. Deputados, que na lei original não poderia se permitir.

Permitiu que por exemplo se pudesse construir ou acelerar a construção do mini-presídio de Londrina, aspiração de tantos Deputados, Deputado Alborghetti teria afirmado isso várias vezes que é importante para solução da criminalidade de Londrina e região a construção desse mini presídio e nós conseguimos através de entendimentos com o Deputado Pessuti e com o Governo a inclusão do artigo que pudesse permitir a inclusão dessa obra no orçamento do Estado para o próximo ano.

Se permitiu também, através de uma emenda apresentada pelo Sr. Deputado que até 2% do orçamento possam ser destinados a novos municípios que forem criados, naturalmente, na sua grande maioria sem recurso nenhum para manutenção das suas prefeituras. Permitiu também um tratamento prioritário a pesquisa, objeto de uma emenda apresentada pela Sra. Deputada Emilia Belinati, que nós achamos de fundamental importância.

E assim várias e várias emendas que visam melhorar, porque a função do Deputado aqui não é só fiscalizar, é ajudar o Governo a Governar o Paraná. E isto foi conseguido através destas emendas.

Existem emendas que são muito difíceis. Existe uma emenda que obrigava o Governo a dar um aumento bimensal aos funcionários. Nós achamos, inclusive, que essa emenda era uma faca de dois gumes aos funcionários, porque se a inflação no mês fosse de 50, 60% os funcionários públicos não iriam aguentar esperar dois meses para conseguir isto. Nós não podemos obrigar isto. Se por acaso esta inflação for de apenas 2% naturalmente será vantajoso, mas a situação do país hoje não se permite fa-

zer estas previsões e nós achamos por bem não se colocar como obrigatoriamente se colocar uma bimensalidade para o aumento dos funcionários. Existe o problema da data-base que nós, Deputados de oposição, somos pouco favoráveis, mas com o que o Governo naturalmente não concordou, porque o Governo, inclusive, cortou essa data-base.

Isto naturalmente pode ser pedido o destaque pelo Deputado que o queira, mas dentro de um Substitutivo, de acordo isto não poderia ser acatado. Existiram também algumas emendas modificando os percentuais de aplicação dos recursos.

Para que fique bem claro aos Senhores Deputados, em primeiro lugar tem que ser dito esses percentuais incidem apenas sobre em torno de 10% do orçamento do Estado, porque a grande quantidade do orçamento do Estado já está definido, através de algumas leis que são específicas, como por exemplo que 65% do orçamento do Estado seja dado ao pagamento dos funcionários; que 25% dos recursos sejam dados para educação; 2% para outras coisas.

Então, existem coisas no orçamento que são dadas firmemente que não podem ser modificadas. Então o que sobra é apenas o dinheiro para custeio e para investimento que representa em torno de 10 a 15% do total. Esse total, os 10 a 15% é que são distribuídos através do artigo 8°. Foi apresentada também uma emenda muito boa dos companheiros do PT, que apresentaram uma emenda onde existia inclusive uma idéia de se colocar não o máximo para cada setor, em alguns setores para se colocar o mínimo. Eu acho que é muito interessante, mas que infelizmente como existem alguns setores que foram mínimos, outros máximos, nós não tínhamos como acatar no nosso substitutivo isto, mas ficou inclusive como sugestão e que já houve a concordância do Secretário de Planejamento para que no próximo ano, através dessa sugestão apresentada pelos companheiros do PT possa ser incorporado ao orçamento do próximo ano e que se fosse colocado o mínimo e o máximo para cada setor, aquinhado no orçamento do próximo ano.

Acho que foi uma conquista e que foi conquistado através de uma sugestão apresentada pelos companheiros do PT. É assim, através do entendimento, através das preocupações dos Senhores Deputados é que nós conseguimos chegar neste substitutivo, que aprovado na Comissão de Orçamento por unanimidade, nós apresentamos aos colegas Deputados aqui em Plenário.

Sei bem que este substitutivo não é o ideal, não é o que nós, principalmente nós Deputados de oposição, gostaríamos de ter, mas tenho certeza é o possível num quadro que hoje aqui se afigura. A maioria, como

todo mundo sabe, a maioria é maioria e maioria consegue aprovar o que quer e conseguiu aprovar hoje tudo o que quis. Mas através do entendimento, através da conversa franca com os Senhores Deputados, principalmente com o Sr. Líder do Governo, nós conseguimos demonstrar a ele e ao Governo do Estado, através do seu Secretário do Planejamento a necessidade de arcar e melhorar a Lei de Diretrizes Orçamentárias apresentadas pelo Governo.

Acho que foi muito importante nós conseguirmos através deste Substitutivo uma melhoria, digo, apresentar uma melhoria na Lei de Diretrizes Orçamentárias e espero que hoje neste Plenário nós consigamos aprová-lo para que a partir desta Lei de Diretrizes Orçamentárias nós possamos depois discutir no Orçamento a peça Orçamentária que é tão importante e que depende desta Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Mais uma vez, queria deixar bem claro, meu agradecimento ao Deputado Pessuti, ao Secretário de Planejamento, Secretário Passos, pela vontade de discutir e aprimorar a lei que eles apresentaram. Meu agradecimento também, em especial, ao Deputado Justus que, ao nos colocar como relator deste orçamento, nos possibilitou a discussão com os demais colegas, desta lei tão importante para o Estado do Paraná. Ao Presidente Anibal Khury, que também em várias reuniões na sua sala, permitiu que essa lei pudesse ser discutida, talvez até com mais tempo que o necessário, mas que mostrou que essa discussão foi proveitosa e que nós pudéssemos ter hoje, no último dia permitido por lei, pudéssemos ter aqui a discussão dessa lei fundamental para o Estado do Paraná.

Senhores Deputados, meus agradecimentos pela maneira como todos demonstraram a este relator, cada um tentando demonstrar as vantagens das suas emendas apresentadas e nós queremos nos desculpar com os Deputados por não termos podido acatar a todas as emendas.

Espero que este Plenário, na sua soberania, possa aprovar esse Substitutivo e se for possível, as demais emendas que não puderam ser acatadas.

Obrigado.

O SR. ELIO RUSCH: (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Gostaria de registrar nesse momento, a presença neste Plenário do senhor Secretário da Prefeitura de Marechal Cândido Rondon, Sr. Celso Weiss e também a do senhor Carlos Viel e dos senhores Lídio Schneider, candidato à Prefeitura de Mercedes e do candidato a vice, Sr. César Faro.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será

O SR. DR. ROSINHA - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE: (Anibal Khury) - Com a palavra, o Senhor Deputado Dr. Rosinha, para encaminhar a votação.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, cidadãos e cidadãs que ocupam as nossas galerias.

Estamos votando hoje a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado do Paraná, lei esta que servirá de base para aprovarmos no final do 2º semestre, o Orçamento do nosso Estado.

Essa lei coloca, como lógico, deveria colocar, no artigo 2º, que o montante das despesas dos orçamentos, não poderá ser superior aos das receitas do mesmo. É lógico que isso deve estar constado em lei e lógico também, é que despesas têm que bater com as receitas. Quando nós vamos, a partir daí, analisar o projeto de lei em si, nós constatamos que a partir já do artigo 8º, quando coloca o orçamento do Poder Legislativo de 3%, o do Judiciário, de 6%, coloca o orçamento da Educação, conforme manda a Constituição, em 25% e coloca as despesas com PASEP, despesas com Fundo de Desenvolvimento do Estado e etc., mas, no mesmo artigo, coloca como é dado um cheque branco para o Senhor Governador.

Coloca no § 1º que os recursos remanescentes de que trata o "caput" deste artigo serão destinados de acordo com os seguintes limites. E daí coloca limites percentuais em todas as demais Secretarias. Mas não é o limite que esperávamos que fosse colocado, e sim, coloca limite máximo. E isso é inconcebível, uma vez que não defende prioridade econômica para o Governo no próximo ano. Coloca já que a chefia do Poder Executivo, ou seja, o Sr. Governador terá até 12% do Orçamento a sua disposição, a seu bel-prazer, podendo usar desses 12% para contratação de apaniguados ou cabos eleitorais ou sei lá o que o Governador queira. É despesa do Poder Executivo, da chefia do Poder Executivo, ou seja, despesas designadas pelo próprio Governador.

E nós entendemos que, ao estabelecer até 12%, é um montante elevadíssimo. Pode me responder, de repente, a Bancada Governista, e o Líder do Governo que até 12% significa também gastar 0,1%. Se era intenção, então coloque esse montante e não até o máximo dando possibilidade de remanejamento de verbas orçamentárias durante o ano de 1993.

Diz o Sr. Governador já desde os seus tempos de campanha que "saúde é prioridade deste Governo". E a LDO, Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada no ano passado,

coloca que as despesas do Governo na área da saúde seriam de até 20%.

Ao votarmos o Orçamento ficou em 3.1% as despesas com saúde. Se é pelo Governador do Estado, estas despesas, por que não fixarmos o montante no mínimo para essas despesas. E, é lógico, que deveríamos ter o mínimo de 5, 10 ou 6% de acordo com o que achássemos necessário.

Srs. Deputados, cidadãos que se encontram nas nossas galerias, se somarmos tudo o que é permitido ao Sr. Governador, no § 1º, de despesas teremos o montante de que o Governo pode gastar até 234% do Orçamento. E mais, ainda quanto ao FDE, Fundo de Desenvolvimento do Estado, o PASEP, etc., etc., etc.. Ou seja, o Governo pode gastar até 500% daquilo que ele arrecadar, uma vez que se diz teto máximo.

Nós procuramos corrigir, através de algumas emendas, estabelecendo prioridade de acordo com o discurso do Governo. Emendas essas, que diz o Relator, foi bem vinda, para o ano que vem. E para nós não interessa o ano que vem. Temos que fazer a lei deste ano, e não a do ano que vem, do ano de 1993 para ser colocada em prática em 1994.

Diz o Sr. Governador que habitação é prioridade. E nós apresentamos hoje proposta de emenda na Lei de Diretrizes Orçamentárias, onde se faz obrigatória a implantação do Fundo Estadual de Moradia Popular e a implantação de uma política habitacional. Não foi aceita também pelo Sr. Relator.

Ao dizer que as emendas apresentadas pelo PT, onde propunha reposição salarial, visava, única e exclusivamente, regulamentar o art. 27, da Constituição Estadual, onde define claramente que tem que ter uma política de reajuste salarial aos servidores. E ao fixar a bimestralidade fixamos também o índice zeramento das perdas salariais.

Portanto, jamais acarretaria perda salarial, tamanhas foram até hoje as perdas salariais dos trabalhadores do serviço público do Estado do Paraná.

Foi visando estas distorções, que a Bancada do Partido dos Trabalhadores apresentou Emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Disse, ainda, o Senhor Relator que as leis que traziam à tona assuntos polêmicos não teve apoio do Governo. Eu pergunto: é necessário que as emendas apresentadas pelos Parlamentares tenham o apoio do Governo para serem aprovadas, nesta Casa? Quem manda na Assembleia Legislativa é o Senhor Governador? Ou somos nós, através dos nossos votos livres dentro desta Assembleia?

O Governador não tem que dizer qual a emenda deve o Senhor Relator acatar ou não

acatar! Se a emenda é constitucional, todas devem vir a Plenário para serem votadas e não eliminadas já por relatores, em função de que o Governo acha que é assunto polêmico e por ser assunto polêmico, não deve ser debatido na Assembleia Legislativa! Justamente por ser polêmico, deve ser debatido, deve vir para o debate, porque através do debate democrático conseguiremos apurar as arestas e ter propostas concretas para a LDO do ano que vem.

Portanto, nós, do Partido dos Trabalhadores, analisando o substitutivo, analisando a lei que veio, não contempla nada do que se é colocado como política, como discurso político do Senhor Governador. Não atende e não atinge a maioria da população paranaense, quando ela necessita ser atendida nas áreas sociais, de habitação e saúde!

Em função do colocado, nós do PT votaremos contra a Lei de Diretrizes Orçamentárias, porque não aceitaremos passar um cheque em branco para o Senhor Governador. É esta a posição do PT.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, com a palavra o Deputado Nelson Justus.

O SR. NELSON JUSTUS (Para Encaminhar) - Sr. Presidente e Srs. Deputados. Com todo o respeito que merece o nobre Deputado Dr. Rosinha, na qualidade de Presidente da Comissão de Orçamento desta Casa, não posso de maneira nenhuma concordar com parte do seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra o Senhor Deputado Nelson Justus.

O SR. NELSON JUSTUS (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, já é de se causar certa estranheza da Comissão de Orçamento, pelo seu Presidente e seu Relator, dois Deputados que fazem oposição nesta Casa. Razão pela qual já é, quer queiramos quer não, um avanço democrático da oposição nesta Assembleia.

Nós não podemos, de maneira nenhuma, deixar de ter os pés no chão e sabemos que de nada adiantaria nós enviarmos todas as emendas apresentadas à LDO e vermos, de maneira assombrosa, as mesmas serem derrubadas neste Plenário. Daí porque é a negociação o maior caminho e o melhor remédio. E grandes foram as conquistas na apresentação do Relatório, do parecer do nobre Relator, Deputado Heinz, por ocasião da sua Mensagem. Fizemos conquistas, principalmente, e pelo lapso de memória o Deputado Heinz não o fez neste momento, mas fizemos uma grande conquista no que diz

respeito à área social, que permite que 54 Deputados, sejam eles do Partido que forem, terem o mesmo valor aquinhado pela Secretaria de Ação Social e do Trabalho.

Esta é uma conquista da negociação, do bom entendimento, do equilíbrio. E de maneira nenhuma, do radicalismo. Quero nesta oportunidade, cumprimentar o Relator Heinz Herwig, como também agradecer à Presidência desta Casa, à Liderança do PMDB, aos Secretários que participaram das negociações, porque esta é a maneira democrática que foi, podem crer Senhores Deputados, a melhor maneira, não é o ideal, mas foi o máximo que nós pudemos chegar para que este projeto pudesse ser analisado, apreciado e aprovado por este Plenário no dia de hoje.

Era isso.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós queremos reafirmar as argumentações levantadas pelo Dr. Rosinha com respeito à LDO. Entendemos que, para se fazer um acordo há necessidade de que haja concordância de todos. O PT não foi convidado para essa reunião de acordo. Se foi, quer dizer, não houve reunião de Lideranças para discutir essa questão.

Se houve, não fomos convidados. Da mesma forma o acordo realizado não concordaríamos se estivéssemos presentes, porque quando se contempla observando hoje as necessidades do nosso povo, as necessidades de um atendimento justo, correto e digno a todo o povo do Paraná, nós colocamos num acordo político de que cada Deputado terá 100 milhões de cruzeiros para doar ou indicar a doação a entidades, que no nosso entendimento, não é nada mais do que fazer clientelismo político.

São cinco bilhões e quatrocentos milhões de cruzeiros que teriam 8 destinações, no nosso entendimento muito mais justas e corretas. Vendo as necessidades da população do Paraná hoje: as dificuldades na área de assistência à saúde, de assistência médica, na própria questão dos trabalhadores do campo, a questão dos assentamentos rurais, a questão... uma série de problemas que o povo do Paraná está passando hoje.

Entendemos que este tipo de acordo não poderá ser digno para uma Assembleia Legislativa nessas condições, que, no nosso entendimento, nada mais é do que clientelismo político onde algumas entidades, apenas algumas do Paraná, que tem alguma afinidade com algum Deputado vai ter acesso a essas verbas, vai ter acesso aos reajustes.

Enquanto centenas, milhares de entidades assistenciais, além dos problemas já mencionados anteriormente por mim, fica-

riam a esmo ou ficariam sem condições de receber aquilo que lhe é de direito. E até porque esta forma de utilizar o dinheiro público fazendo assistencialismo e clientelismo político, não entendemos correta, condenamos por princípio e por isso somos contra esta forma e este acordo como foi realizado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Em votação a Lei de Diretrizes Orçamentárias. **Aprovada.**

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Registrando o voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Devidamente registrado.

Sobre a mesa, requerimento de nº 1116, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1118, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.- **Aprovado.**

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Este requerimento do nobre Líder do PMDB está incluído o Projeto 161 que foi suspenso ontem por 3 Sessões Ordinárias. Consulto V. Exa. sobre o fato da legalidade, sendo que o requerimento era para as Sessões Ordinárias, da legalidade sobre sua aprovação e apreciação nas Extraordinárias. Esta é a primeira pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Desde que o Plenário aprove o requerimento é perfeitamente regimental.

O SR. PAULO MAIA - Nós queremos registrar o voto contrário da Bancada do PDT.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós entendemos correta a posição do Deputado Orlando Pessuti se colocasse esse projeto num requerimento à parte. De modo que se esse Plenário ontem votou um requerimento encaminhando um projeto e por duas sessões e por ser um projeto polêmico e específico entendemos inoportuno de outros projetos que teriam necessidade de serem aprovados. Entendemos e também solicitamos ao Deputado Pessuti que o faça num requerimento à parte em função, até no meu entendimento, com respeito ao Plenário que ontem deliberou por prorrogar por 3 sessões esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - O Deputado Orlando Pessuti é ligeiro. Ele votou com requerimento em mãos.

"O Deputado que subscreve no uso de suas atribuições regimentais, Requer, após ouvido o Plenário a reinclusão na Ordem do

Dia da próxima sessão extraordinária do Projeto de Lei 161/92".

O DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Esse Projeto de Lei 161/92 esteve já em discussão ontem nessa Casa de Leis e todos que aqui presente estavam notou que por duas vezes nós tivemos que votar esse projeto e que por duas vezes votar o requerimento para adiar. Nas 2 vezes com maioria absoluta adiando por 3 sessões esse projeto ou seja, para ser votado só em agosto.

Nós entendemos que a volta desse projeto hoje com novo requerimento é inconcebível e, portanto, o que cobro aos parlamentares como Deputado Estadual é que se mantenha a coerência nesta Casa de Leis; que mantenham a coerência os demais Deputados que ontem votaram pelo adiamento, que hoje mantenham a mesma posição favorável para que ele mantenha-se adiado e contrário a aprovação desse requerimento. Porque senão, vai corresponder a essa Casa justamente o que já pensa a maioria da população que aqui se fala uma coisa e se faz outra.

Vai se pensar justamente o que a maioria já pensa que Deputado um dia vota uma coisa e no outro dia contraria tudo aquilo que ele fez e vota o contrário. Como já foi feito na semana passada com relação à emenda das universidades, quando toda a Assembleia Legislativa votou favorável a emenda e passado dois dias, uma boa parte, a grande maioria colocada à minha esquerda e a maioria de direita, naturalmente voltou atrás e votou contra a autonomia das universidades.

Portanto, cobro a coerência dos Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente, o requerimento solicitado por nós do Projeto nº 161; solicitando o adiamento por 3 sessões, queria que Vossa Excelência e Senhores Deputados entendam que a nossa posição não mudou. Nós continuamos na mesma posição de ontem. E já, em caso do requerimento, incluindo o projeto que volta na sessão de hoje, se for aprovado estaremos com uma emenda garantir os direitos adquiridos aos servidores do Tribunal de Justiça e a outros servidores.

A nossa posição continua a mesma. Nós vamos votar contra o requerimento do líder do Governo, incluindo esse projeto na sessão de hoje.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Deputado Florisvaldo Fier está "misturando alhos com bugalhos", dizendo que a Assembléia tem que manter a coerência. E para manter a coerência, a Assembléia tem que se pautar da maneira como está se pautando dentro daquilo que nós estamos nos propondo. O Regimento da Assembléia é claro, que matérias que estão tramitando em regime de urgência, já em sua segunda fase de discussão não poderiam sequer serem retiradas da Ordem do Dia. Então, se formos analisar criteriosamente, não poderíamos ter aprovado inclusive o requerimento no dia de ontem. Mas também nos permite e isso tem sido o comportamento da Assembléia, muitas vezes utilizada até pela Bancada do PT, em matérias que foram retiradas por 1, 2, 3 sessões e serem reconduzidas à Ordem do Dia antes de cumprido este período, desde que o Plenário assim se manifeste.

Na manhã de hoje, tivemos uma reunião das lideranças partidárias, no Gabinete do Deputado Anibal Khury, mantivemos contato com o Presidente do Tribunal de Contas, com o Procurador Geral da Justiça, por telefone conversamos com Sua Excelência o Senhor Governador, e é evidente que a posição do Deputado Cartário, mesmo na reunião das Lideranças, ela foi uma posição de não dar aprovação a essa nossa manifestação de que a matéria volte à Ordem do Dia, a exemplo dos outros Parlamentares. Mas isso não impede que venhamos propor à Assembléia, a apreciação do Projeto de Lei nº 161, na próxima Sessão Extraordinária, porque isso só ocorrerá se a maioria dos Senhores Parlamentares assim o decidir. Agora, cabe a mim também, na condição de líder do Governo do Estado, dizer aos Senhores Parlamentares aquilo que já dissemos na reunião das lideranças: Todos esses projetos que aqui tramitam, fazem parte de um entendimento amplo entre o Poder Executivo, naquilo que compete à Assembléia Legislativa com o Presidente da Assembléia, naquilo que compete ao Tribunal de Justiça, com o Presidente do Tribunal de Justiça, com o Presidente da Associação dos Magistrados, com o Procurador Geral do Estado, com o Presidente do Tribunal de Contas, que por mais de 2 meses, e todos nós sabemos, que há bastante tempo se estabeleceu uma discussão com relação aos salários dos servidores de todos estes poderes, e que ao final se ajustou um entendimento do qual o Projeto nº 161 faz parte. E Sua Excelência, o Governador tem dito que fez um entendimento onde está incluído o Projeto nº 161 e que se a Assembléia Legislativa, evidentemente por entendimento de alguns Parlamentares, não houver por bem manter este entendimento que existe entre o Poder Executivo, o Poder Judiciário e dos Tribunais, não tem Sua Excelência, o Governador razão maior para manter

o entendimento a que tinha se proposto. O entendimento é para o global, não para partes. Por essa razão é que estamos buscando dar, aqui na Assembléia, aprovação para aquilo que foi entendimento entre os Poderes constituídos do Paraná.

Simplemente por esta razão é que estamos tentando dar aprovação, por inteiro, aquilo que se ajustou durante mais de dois meses de conversação. Não estamos querendo passar nada à frente, não estamos querendo prejudicar este ou aquele segmento dos servidores do Estado. Por esta razão, é que solicito aos Senhores Deputados no sentido de que votemos a favor da inclusão do Projeto de Lei nº 161 na próxima Sessão Extraordinária e o aprovemos, se necessário, com a Emenda que será proposta pelo Senhor Deputado Geraldo Cartário e outros Parlamentares.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o Desembargador Luiz Renato Pedroso se encontra na Assembléia Legislativa, e eu sugiro à Mesa a suspensão da Sessão por 15 minutos, para que os Líderes partidários conversem com o Desembargador Luiz Renato Pedroso, para que possamos ver a sua posição a respeito de tal projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Indeferido.

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, é óbvio que pode ter havido entendimentos entre partes dos Poderes. Mas não podemos deixar de registrar, nesta Casa, que este entendimento vem apenas em prejuízo a estes servidores do Tribunal, do Poder Judiciário. Ora, eu acho que um entendimento, neste momento, não é para se fazer aquilo que já se fez com série de benefícios tirados dos servidores do Estado do Paraná! Recentemente tiramos a Lei nº 8.330, que consentia a transformação de benefício dos cargos comissionados, desde que cumprissem o que a lei estabelecia num prazo X de trabalho.

Nesse momento se discute um entendimento procurando atingir apenas um segmento do Poder Judiciário, se discute um entendimento onde o Governo do Estado se baseia numa lei sua, do Poder Executivo, procurando atingir a autonomia do Poder Judiciário. Qual é a nossa preocupação? É o fato de que, aceitando o Poder Judiciário essa iniciativa do Governo do Estado, do Poder Executivo, obviamente amanhã também dá a esta Casa o direito de ser atingida por uma mesma iniciativa do Poder Executivo; e nós temos que trabalhar pela preservação da autonomia dos respectivos Poderes, e esta autonomia nós não podemos deixar jamais ser atingida por qualquer dos Poderes diferentes, porque senão não

há motivo da existência do Poder Legislativo, ou de Poder Judiciário, quando o Poder Executivo se julga no direito de atingir a todos com as suas iniciativas.

Por isso, nós acreditamos que além da coerência que há de prevalecer neste Plenário, pela votação contrária desse Requerimento, para que se mantenha coerência de fato com aquilo que a Casa reconheceu ontem, o adiamento desse Requerimento, nós podemos trabalhar e respeitar o direito desses trabalhadores e, fazendo com que não aceitemos em hipótese alguma, não respaldemos em hipótese alguma, a interferência do Poder Executivo no Poder Judiciário e trazendo para referendo neste Poder Legislativo. No momento em que o Poder Legislativo aceitar e respaldar esta interferência do Executivo no Judiciário, obviamente ele estará se curvando amanhã ao Executivo também interferir como quiser dentro deste Poder.

Por isso, nós acreditamos que o mais correto neste momento é a rejeição de tal Requerimento.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Nós não questionamos a forma como foi votado ontem. A argumentação do Deputado Pessuti de que ontem foi vetado e que hoje poderá ser desvotado, na nossa avaliação não procede, primeiro porque ontem seria o momento de arguir de que era anti-regimental a retirada do Projeto por ele estar em Regime de Urgência, ou melhor, se argüiu Deputado Pessuti, não convenceu porque o Plenário votou pela retirada atendendo pedido dos servidores que estão diretamente envolvidos no projeto.

Propor é um direito que o Deputado Pessuti tem Senhores Deputados, de novamente propor o retorno do projeto, é um direito que ele tem. Nós que ontem votamos pela prorrogação é que temos que ter a coerência de permanecer com aquela decisão.

Portanto, nós entendemos que de forma nenhuma um entendimento ontem, inclusive realizado pela grande maioria na suspensão da Sessão, onde os representantes dos servidores participaram aí à frente, e o encaminhamento foi pela retirada por três Sessões, nós entendemos que foi correto e que nós deveremos manter, esse Plenário deverá manter; convoco o Deputado Cartário, que com a sua Bancada poderá garantir a reprovação desse Requerimento para manter o que ontem esse Plenário coerentemente decidiu encaminhar, prorrogar por três Sessões. O projeto é inconstitucional, fere o artigo 27 da Constituição Estadual nos seus itens 11 e 12.

Portanto, nós não poderemos voltar atrás a decisão de ontem, até porque já

está claro e já está preparado pela Associação dos Servidores a argüir a inconstitucionalidade na Justiça desse projeto, o que vamos correr o risco e certamente será argüido e será acatado a inconstitucionalidade porque o projeto é inconstitucional.

Portanto Senhores Deputados, vamos manter a votação de ontem, a coerência de nosso voto e manter que este projeto venha a Plenário só depois do recesso no mês de agosto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o requerimento do Deputado Orlando Pessuti, que solicita reinclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 161/92 para as sessões extraordinárias. **Aprovado.**

O SR. ALGACI TOLIO - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento queiram levanta-se. Vinte e um Senhores Deputados aprovam.

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levanta-se. Vinte rejeitam.

Aprovado o requerimento.

O SR. PAULO MAIA - Pela ordem, Senhor Presidente.

Requeiro nova verificação de votação, porque acho que houve um equívoco.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa confia na Primeira Secretaria e está aprovado o requerimento.

O Senhor Orlando Pessuti requer, após ouvido o Plenário, respeitosamente, a constituição de Comissão Geral para apreciação de emendas apresentadas aos projetos de lei a serem discutidos e votados nas sessões extraordinárias convocadas para a data de hoje. **Aprovado.**

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Queremos registrar a posição contrária da Bancada do PDT no encaminhamento do referido requerimento para que se transforme esta Assembléia em Comissão Geral, quando trataremos de assunto de extrema importância para o Paraná. Neste momento dar apoio à esta iniciativa, é simplesmente como - volto a repetir - ter os afogadilhos que trazem prejuízos sérios ao Paraná e ao seu funcionalismo.

Por isto nosso voto é contrário ao encaminhamento de tal proposutura.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será registrado.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, voto

contrário da Bancada do PT a este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será registrado.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI - Senhor Presidente, pela ordem.

Vossa Excelência com seu espírito democrático que sempre demonstrou a esta Casa, solicitaria de Vossa Excelência que nós contamos vinte e um Senhores Deputados, vai caber a vossa magnitude de Presidente desta Casa decidir e seria histórico que Vossa Excelência, que é o amigo do Poder Judiciário, mostrasse a esta Casa nesta hora, que Vossa Excelência não tem nem sim, nem não, mas decide nas ocasiões em que esta Casa precisa mostrar independência.

Solicitaria a Vossa Excelência, recorrendo da decisão, que nós contamos vinte e um votos, o Senhor 1º Secretário é um homem sério, íntegro e pode ter errado, todos podemos errar, mas faria um apelo aos Senhores Deputados que votaram contrariamente ao requerimento, que levantassem, para que novamente, nem que o Senhor Presidente não aceite, mas para mostrar às galerias e aos que aqui estão presentes, que vinte e um Senhores Deputados votaram contrariamente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento do Senhor Deputado José Tavares.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, pela ordem.

Ontem houve um fato semelhante e Vossa Excelência aceitou novamente a votação no que diz respeito ao mesmo requerimento. Inclusive lembrou ontem quando disse "Inês é morta", o Senhor disse: "poderia ressuscitar" e ela não morreu ainda, então vamos ressuscitá-la novamente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa procedeu à verificação de votação. O Senhor 1º Secretário procedeu à contagem. a Mesa confia no Senhor 1º Secretário e não vai aceitar esta votação simbólica, embora ela seja honrosa.

É matéria vencida.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Não é intenção de polemizar a decisão da Mesa, a Inês foi ressuscitada, e obviamente eu respeito a decisão do 1º Secretário e acredito na sua seriedade, mas simplesmente a imprensa do Paraná e os diferentes Poderes neste momento, assistem à decisão do Poder Legislativo e à sua independência, e neste momento é a coerência que nós queremos e a transparência do Poder Legis-

lativo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento de nº 1111, de autoria dos Senhores Deputados José Tavares e Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1110, de autoria dos Senhores Deputados José Tavares e Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1105, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 1103, 1104, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente.- **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1113, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1120, de autoria do Senhor Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1119, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1121, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1080, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1123, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, com apoio dos Senhores Deputados Oswaldo Trevisan, Duílio Genari, Nilton Barbosa e demais Senhores Deputados, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1097, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente de sessão anterior.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão extraordinária para as dezesseis horas e trinta minutos de hoje, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 136/92.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 152/92, 166/92, 167/92, 173/92, 187/92

e 192//92.

- 3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 191/92.
- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 117/92, 177/92, 189/92, 161/92, 005/92 e 069/92.
- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 195/92, 188/92 e 193/92.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

**COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

**2.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 3.^a REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de junho de hum mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, sob a Presidência do Deputado Severino Félix. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, constando da Ordem do Dia o relato dos Projetos de Lei n°s 12/92 e 15/92, 022/92 e 150/92, todos tendo como relator o Deputado Antônio Costenaro. A seguir o Senhor Presidente solicita ao Deputado relator que apresente seus pareceres. Projeto de Lei n° 12/92 e 15/92 - Parecer FAVORÁVEL a sua APROVAÇÃO. Colocado em discussão e posterior votação foi APROVADO por unanimidade. Projeto de Lei n° 022/92 - Parecer FAVORÁVEL a sua APROVAÇÃO. Colocado em discussão e posterior votação, foi APROVADO por unanimidade. Projeto de Lei n° 150/92 - Parecer FAVORÁVEL a sua APROVAÇÃO. Colocado em discussão e posterior votação, foi APROVADO por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Rubens Bremer, Secretário da Comissão.

Sala das Comissões, em 29.06.92.

(aa) SEVERINO FÉLIX

Presidente

Rubens Bremer

Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

**12.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 14.^a SESSÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e três dias do mês de junho de mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Paulo Maia, Toti Colaço, Luiz Carlos Martins, Emilia Belinati, Colombino Grassano, Ovídio Constantino, Oswaldo Trevisan, Antônio Costenaro Neto. Passou-se à Ordem do Dia, após aprovação da ata da sessão anterior: 1) Projeto de Lei n° 180/92 de autoria do Deputado Algaci Túlio. O Deputado Relator, Nilton Barbosa, requer diligência - DEFERIDO; 2) Projeto de Lei n° 592/92, oriundo do Poder Executivo. Concedido vistas ao Deputado Luiz Carlos Martins; 3) Projeto de Lei n° 164/92 de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato. Concedido vistas ao Deputado Colombino Grassano; 4) Proposição Veto n° 56/92 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei n° 395/91 de autoria do Deputado José Afonso Junior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 5) Projeto de Lei n° 184/92 da Procuradoria Geral da Justiça. Parecer FAVORÁVEL à Emenda, do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Toti Colaço e Oswaldo Trevisan; 6) Projeto de Lei n° 183/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL à Emenda, do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO, com voto contrário, dos Deputados Toti Colaço e Oswaldo Trevisan; 7) Projeto de lei n° 182/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL à Emenda, do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO, com voto contrário ao Parecer, do Deputado Toti Colaço, com exceção da Emenda n° 8 que vota FAVORÁVEL ao Parecer. O Deputado Oswaldo Trevisan vota CONTRÁRIO; 8) Projeto de Lei n° 176/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto - APROVADO; 9) Projeto de Lei n° 187/92 do Tribunal de Contas. PARECER FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO. O Deputado Paulo Maia apresentou requerimento ao Senhor Presidente dessa Comissão, para que, com base no artigo 28, I do Regimento Interno, antes da inclusão do Projeto de Lei 592/92 na Ordem do Dia, sejam efetuadas diligências, necessárias a uma análise do referido Projeto. O Senhor Presidente determinou que seja encaminhado ofício à 1.^a Secretaria desta Casa, solicitando as informações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos na data de hoje.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária